

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Victória Vital David

**O FEITIÇO VIROU CONTRA O FEITICEIRO? O ANTIFEMINISMO NO DISCURSO DE MULHERES  
CONSERVADORAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **VICTÓRIA VITAL DAVID**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202273105A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O FEITIÇO VIROU CONTRA O FEITICEIRO? O ANTIFEMINISMO NO DISCURSO DE MULHERES CONSERVADORAS**, desenvolvido durante o período de ABRIL de 2025 a AGOSTO de 2025 sob a orientação de CÉLIA DA GRAÇA ARRIBAS, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**VICTÓRIA VITAL DAVID**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de (  ) 1 ano, ou (  ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# O FEITIÇO VIROU CONTRA O FEITICEIRO? O ANTIFEMINISMO NO DISCURSO DE MULHERES CONSERVADORAS

Victória Vital David<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho investiga como as mulheres se tornam protagonistas na reprodução de discursos antifeministas em contextos cristãos, especialmente no Brasil marcado pelo avanço do neopentecostalismo e da política neoconservadora. A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma lideranças femininas religiosas ressignificam noções como empoderamento, liberdade e protagonismo feminino, apropriando-se seletivamente de pautas do movimento feminista e moldando-as sob uma ótica moralista e neoliberal. A hipótese central é que essas mulheres, embora inseridas em estruturas patriarcais, ocupam posições estratégicas na difusão de normas tradicionais de gênero e sexualidade, reforçando a autoridade masculina em nome de valores como a maternidade, o casamento e a fé. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica de autoras e autores que discutem as intersecções entre religião, moralidade, gênero e política. A análise se estruturou em torno de eixos temáticos como corpo, sexualidade, feminilidade e maternidade. Os resultados indicam que o antifeminismo contemporâneo, articulado por essas mulheres, não apenas se alinha ao conservadorismo cristão, como também incorpora a racionalidade neoliberal ao propor um modelo de mulher bela, disciplinada, submissa e produtiva. Trata-se de uma contraofensiva moral que remonta e reorganiza a subjetividade feminina em nome de uma feminilidade idealizada. A pesquisa revela, portanto, um paradoxo inquietante: como pode o protagonismo feminino servir à manutenção de estruturas que historicamente as oprimem e, mais ainda, por que esse modelo tem se mostrado tão sedutor para tantas mulheres?

**PALAVRAS-CHAVE:** Antifeminismo. Lideranças religiosas femininas. Hierarquia de gênero. Neoliberalismo.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender como mulheres tornam-se protagonistas na reprodução e disseminação de discursos antifeministas, especialmente em contextos religiosos cristãos e no cenário brasileiro marcado pela ascensão do neopentecostalismo e pela consolidação de uma política neoconservadora. A pesquisa delimitou analisar como esses discursos são articulados por lideranças religiosas e mulheres atuantes nos espaços de fé, reforçando ideais tradicionais de gênero a partir de uma perspectiva conservadora, moralista e frequentemente religiosa, e de que forma esses valores se articulam com a lógica neoliberal contemporânea.

Apesar dos avanços promovidos pelos movimentos feministas nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento de discursos em oposição a esses avanços, cada vez mais protagonizados por mulheres em posições de destaque nos meios religioso, midiático e político (GALETTI, 2024). Esses discursos encontram terreno fértil especialmente no cristianismo conservador – como o pentecostalismo e o catolicismo carismático –, onde a moral religiosa é mobilizada para sustentar normas tradicionais de gênero, sexualidade, casamento e maternidade (MACHADO, 1999; TEIXEIRA, 2017). Tendo como justificativa preservar a “ordem divina” e a “família tradicional”, o feminismo é frequentemente retratado como uma ameaça à moral social e à estabilidade familiar. Ao mesmo tempo, elementos como autonomia, empoderamento e cuidado de si são apropriados e ressignificados dentro de uma lógica patriarcal, religiosa e neoliberal, dando origem a uma feminilidade ideal: bela, dócil, materna, empreendedora e moralmente exemplar (ROSAS, 2023).

A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que, embora inseridas em posições de subordinação dentro das estruturas religiosas e sociais, determinadas mulheres são mobilizadas como vozes dessa contraofensiva moral, contribuindo para a difusão do antifeminismo (BELELI, 2022). Utilizando-se de linguagens associadas ao empoderamento feminino, à liberdade de escolha e à participação ativa na vida pública, essas mulheres operam uma ressignificação estratégica de conceitos feministas, moldando-os segundo os valores do conservadorismo cristão e da racionalidade neoliberal (GALETTI, 2024). Tornam-se, assim, figuras centrais em

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia da Graça Arribas.

um paradoxo performativo, no qual a reivindicação de protagonismo feminino é expressa através do uso estratégico e seletivo de ideias feministas, enquanto esvazia sua dimensão crítica, sistêmica e estrutural, fortalecendo a autoridade masculina e as regras de gênero estabelecidas.

O estudo também revelou que a aliança entre moral religiosa e racionalidade neoliberal gera um novo modelo para a ideologia de gênero: a mulher deve ser produtiva, resiliente, disciplinada e esteticamente adequada, sem que isso represente uma verdadeira ruptura com o patriarcado. A maternidade, nesse cenário, é convertida em ferramenta política, capaz de legitimar a presença feminina nos espaços de poder, desde que atrelada a valores tradicionais – toda mãe cuida, logo cuidará bem do país também –, legitimando sua atuação pública e política por meio de uma moralidade tradicionalista e cristã. A figura da “mulher guerreira” – aquela capaz de cuidar de várias instâncias da vida: de si mesma, da família, da casa e da vida pública – é explorada pela nova direita como novo ideal, que transforma sobrecarga em virtude e esvazia o caráter estrutural da opressão feminina.

Portanto, a pesquisa deste trabalho foi elaborada por uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autoras e autores que investigam as intersecções entre religião, gênero, política e moralidade, como Rosas (2023), Teixeira (2017), Galetti (2024) e Machado (1999), entre outros. A opção pela revisão de literatura visa reunir e tensionar diferentes contribuições teóricas já consolidadas, a fim de construir um referencial analítico robusto sobre o fenômeno em questão. Ao longo do trabalho, a metodologia se organiza em torno de eixos temáticos – corpo, sexualidade, casamento, família e maternidade – que serão analisados à luz das racionalidades neoliberal e religiosa conservadora.

Quanto aos resultados, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados: a pesquisa demonstrou como os elementos religiosos, corporais, sexuais e familiares se articulam em um discurso moralista que sustenta e legitima uma contraofensiva antifeminista alinhada ao neoliberalismo. Além de normatizar comportamentos, a religião atua como força produtora de subjetividades, oferecendo sentidos de pertencimento e identidade que tornam esses discursos atraentes e eficazes para muitas mulheres em contextos conservadores.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Antes de atender, efetivamente, aos objetivos deste trabalho, faz-se pertinente apresentar a trajetória que levou à consolidação do tema aqui investigado. A proposta inicial partia do interesse em compreender como a influência de lideranças religiosas, tanto femininas quanto masculinas, interferia nas decisões educacionais de jovens fiéis. Ou seja, buscava-se, em um primeiro momento, analisar de que modo o discurso moral conservador, presente nas igrejas, poderia impactar a escolha de mulheres jovens seguidoras da fé cristã ao considerarem ou não o ingresso em instituições de ensino superior.

Essa inquietação surgiu em meio ao crescimento do conservadorismo entre jovens da geração Z (BESEN, 2024), que identifica uma onda reacionária atravessando a juventude brasileira. Embora pesquisas mostrem que o conservadorismo cresce com mais intensidade entre jovens homens, sobretudo pardos e de baixa renda – grupo no qual é comum a adesão a movimentos como incel, red pill e coletivos religiosos de perfil misógino –, também se observa que algumas jovens mulheres expressam identificação com discursos tradicionalistas. Tal constatação despertou o interesse em investigar por que determinadas mulheres, ainda que inseridas em um contexto de maior abertura educacional e política, se engajam na defesa e na reprodução de valores conservadores.

Embora os dados indiquem que as mulheres, em geral, tendem a posições mais progressistas do que os homens (LIRA, 2024), movimentos como o das *tradwives*<sup>2</sup>, das esposas-troféu e de mulheres militares defensoras de valores cristãos tradicionais<sup>3</sup> têm ganhado visibilidade nas redes sociais, sobretudo no Tik Tok. Essas figuras protagonizam tendências (trends) que oscilam entre a crítica irônica e a reprodução afirmativa de modelos idealizados de feminilidade, maternidade e submissão conjugal. Esse fenômeno se complexifica ainda mais quando observamos que, ao mesmo tempo em que algumas lideranças religiosas incentivam seus próprios filhos a estudarem em universidades estrangeiras de prestígio, recomendam aos fiéis que priorizem a fé acima da educação formal. Como exemplifica o pastor André Valadão em vídeo viralizado nas redes disse: “vale mais a presença dele [Deus], do que a faculdade” (O GLOBO, 2024).

<sup>2</sup> Exemplificando: <https://vm.tiktok.com/ZMSEdcqpb/> e <https://vm.tiktok.com/ZMSEdKNmu/>.

<sup>3</sup> Exemplificando: <https://vm.tiktok.com/ZMHs8bpeDENYo-IWnzM/>.

Diante do percurso inicial da investigação, o tema da pesquisa foi sendo gradualmente delimitado até concentrar-se na análise de como mulheres reproduzem e disseminam discursos antifeministas. O foco, assim, deixou de ser exclusivamente a interferência desses discursos nas decisões acadêmicas, para abranger as diversas instâncias em que a moral tradicional cristã influencia a formação de subjetividades femininas. A pesquisa passou a investigar como mulheres, mesmo inseridas em estruturas hierárquicas e patriarcais, assumem posições estratégicas na legitimação de valores conservadores, ainda que isso implique a restrição de seus próprios direitos e a adesão a projetos políticos que, em muitos casos, operam contra seus interesses de gênero.

### **COMO MULHERES SE FIZERAM PRESENTE NO DISCURSO ANTIFEMINISTA**

Em 1960, em termos percentuais, houve um crescimento expansivo do grupo dos evangélicos. Já na década de 1990, houve o surgimento dos neopentecostais, caracterizados pela relação que desenvolvem entre suas crenças e práticas com o Espírito Santo, pela fala em línguas estranhas (glossolalia), pela crença na Teologia da Guerra Espiritual – ou seja, Deus contra o diabo –, na Teologia da Prosperidade, pela expulsão de demônios e por um comportamento relativamente mais progressista em algumas pautas sociais, se comparado às demais variações de evangélicos (MARIANO, 2005, apud ROSAS, 2023). Os popularmente denominados “crentes”, em sua maioria, são pretos e pardos; 48% têm renda de até dois salários-mínimos e 58% são mulheres (ROMANO, 2020). Esses números não são irrelevantes, sobretudo considerando que há 11 milhões de mães solo no Brasil (NERY, 2023).

O atrativo dessa religião vai além da reestruturação familiar, tendo representado, para os homens, o abandono do consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, a obtenção de trabalho, a condenação do adultério e mudanças no estilo de vida que os aproximam do lar e da família (ROSAS, 2023). Já para as mulheres, trouxe, de alguma forma, mais visibilidade, como o envolvimento no auxílio – por exemplo, obreiras que prestam apoio aos frequentadores da igreja – ou na liderança de atividades religiosas, sendo chamadas de “donas”: mulheres casadas com bispos relevantes que, por esse motivo, ganharam destaque e, o que produzem, passa a ter relevância (TEIXEIRA, 2017).

Diante do expressivo número de mulheres entre os fiéis, as lideranças masculinas nas igrejas passaram a promover sua presença em espaços de maior visibilidade e influência, ainda que de forma limitada e controlada. Isso ocorre pelas relações familiares com os próprios líderes, como no caso das donas, ou seja, as esposas e até as filhas de pastores e bispos que acabam recebendo legitimidade para representar e difundir os valores da igreja. No entanto, essa estratégia não rompe com a lógica hierárquica patriarcal, mas sim reforça, sem romper, a hierarquia de gênero ao usar essas mulheres como massa de manobra (ROSAS, 2023).

### **A CONSTRUÇÃO DO “SER MULHER”: A IDEALIZAÇÃO DE UMA FEMINILIDADE**

Dentro de alguns discursos morais reforçados, há a idealização do feminino, ou da “essência feminina”, fundamentada tanto em discursos religiosos quanto em visões biologizantes, que apresenta a mulher como sensível, cuidadosa e moralmente pura, características percebidas não como imposições sociais, mas como expressão de fé, uma essência dada por Deus. Conforme analisado por McRobbie (2015, apud ROSAS, 2023, p.4), essa imagem da mulher ideal opera como um “dispositivo da perfeição”, que leva as fiéis a internalizarem padrões rígidos de comportamento e aparência, como se dedicar ao cuidado corporal, emocional e espiritual, percebidos como parte de sua santificação. Mesmo quando ocupam posições de destaque nas igrejas, essas mulheres tendem a reforçar a hierarquia de gênero, atuando quase como vigilantes de si mesmas e de outras mulheres, legitimando sua submissão como vocação divina (ROSAS, 2023; TEIXEIRA, 2017).

As práticas de autovigilância descritas por Rosas (2023, p.10) – como o cuidado com o corpo (exercícios físicos e terapia), com a aparência (estar bem vestida e maquiada) e com os modos (aulas de etiquetas como foi revelado pelo estudo de campo feito sobre a pastora Ana Paula Valadão) – revelam uma feminilidade moldada pela disciplina. McRobbie (2015, apud ROSAS, 2023) destaca que, mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública, os valores que as aprisionam continuam operando, agora disfarçados sob a forma de escolhas pessoais e autonomia.

Para Rosas (2023), essa é uma das características que torna a hierarquia de gênero ainda mais sofisticada: não é mais necessário que o homem pratique a dominação diretamente, pois as próprias mulheres assumiram o lugar de vigilantes de si mesmas, reproduzindo e repassando os ensinamentos desse sistema a outras mulheres. Diante da imposição às mulheres desse conjunto de obrigações emocionais e espirituais, essa submissão, vista como um chamado divino e não como opressão, leva mulheres em posições de liderança a reforçarem a desigualdade. Assim, a autoridade delas está limitada a falar com e para outras mulheres,

reafirmando o papel masculino como o verdadeiro detentor do poder espiritual e institucional (ROSAS, 2023; TEIXEIRA, 2017).

### **O CORPO, A SEXUALIDADE E O CASAMENTO SOB UMA ÓTICA MORALISTA CRISTÃ**

Como já visto anteriormente, a disciplina com o próprio corpo é uma constante nos discursos moralistas cristãos, sendo frequentemente reproduzidos por lideranças religiosas femininas. Para algumas dessas mulheres é possível sustentar esse *lifestyle* ao monetizar sobre o assunto, seja em palestras, como Ana Paula Valadão fez em sua carreira, ou livros de “autoajuda” como Cristiane Cardoso – vale ressaltar que ambas são filhas de pastores famosos, respectivamente, Márcio Valadão e Edir Macedo – assim ensinando outras mulheres a adotarem uma estética de pureza e obediência. Dito isso, Nina Rosas (2023) retoma a ideia de Mirian Goldenberg (2010) para evidenciar como o corpo não é somente um capital físico, mas também um capital econômico e simbólico, já que permite a ascensão social no mercado de trabalho e no âmbito afetivo-sexual:

Segundo a antropóloga Mirian Goldenberg (2010), o corpo é um forte capital na cultura do Brasil, que experimentou a explosão da indústria da beleza nas últimas décadas, o que levou o país a se tornar campeão no consumo de produtos para unha, pele, cabelo e emagrecimento, e o segundo do mundo no ranking de cirurgias plásticas. Trata-se de um valor gerado por uma elite – pessoas brancas, heterossexuais, com nível universitário, renda alta e habitantes de bairros mais ricos – cujos ideais são reproduzidos por outros segmentos da população, de modo que tanto as camadas populares quanto as médias passam a ver no corpo uma riqueza das mais desejáveis, um capital a ser trabalhado, conservado e empregado (GOLDENBERG, 2010). Para a autora, isso retrata a ditadura da juventude, da beleza e da magreza, que projeta o corpo ideal como aquele que é cuidado, manipulado, enfeitado e produzido para que não tenha marcas de rugas, estrias, celulites ou manchas. Daí a busca desenfreada para que se invista tempo, dinheiro e esforço na construção do corpo ‘perfeito’.

Esse processo está diretamente ligado ao que Teixeira (2017) analisa com base nas reflexões foucaultianas sobre o cuidado de si: o corpo torna-se um objeto de vigilância contínua e de técnicas de aperfeiçoamento. Tal vigilância não é apenas individual, mas social e espiritual, sendo ressignificada pelo discurso cristão como expressão de fé, pureza e propósito divino.

No contexto evangélico, essas exigências se intensificam. Retomando o que foi dito sobre o corpo como capital moral e estético, é importante observar como, nas comunidades cristãs, ele se converte também em território de controle espiritual. O corpo deve ser disciplinado, coberto, contido, mas também limpo, belo e saudável, desde que esses cuidados não expressem vaidade “mundana”. O cuidado com a aparência passa a ser uma expressão de cura espiritual, de valorização da vida e de testemunho da fé, até porque o corpo, para os evangélicos, é visto tanto como a morada do divino quanto agrado ao mesmo – pois “Deus é o verdadeiro marido das evangélicas” (ROSAS, 2023, p.7). Essa lógica moral impõe um duplo imperativo às mulheres: elas devem ser belas e elegantes, mas sem transgredir os limites da modéstia e da discrição cristã. Trata-se de uma estética moral que legitima o controle constante do corpo e da aparência como expressão de devoção.

Nesse mesmo contexto, a sexualidade feminina é rigidamente enquadrada dentro da moral cristã. A virgindade antes do casamento é celebrada como virtude máxima e a fidelidade conjugal é vista como prova de santidade. Qualquer prática sexual fora da união heterossexual e monogâmica é condenada como pecado, desvio ou doença espiritual. A homossexualidade, por exemplo, é muitas vezes tratada como uma condição que pode e deve ser curada por meio da fé<sup>4</sup>. Assim, a sexualidade torna-se um campo de disciplinamento, onde o prazer e o desejo são regulados em nome da pureza e da moralidade. O corpo feminino, portanto, não só deve ser contido e moldado esteticamente, mas também sexualmente vigiado e reprimido.

É nesse ambiente de repressão e idealização que o casamento emerge como o centro da existência feminina. De acordo com Teixeira (2017), embora discursos religiosos estimulem a mulher a cuidar do corpo e

4

Exemplificando: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-pedem-investigacao-sobre-cura-gay-em-igreja-evangelica-apos-morte-de-karol-eller/>.

investir no empreendedorismo, essa suposta autonomia tem finalidade na manutenção dos papéis tradicionais: a mulher deve estar sempre bonita, saber cozinhar, cuidar da casa e agradar o marido. O casamento, assim, deixa de ser apenas uma escolha afetiva e se transforma em uma missão espiritual a ser cumprida. A docilidade corporal e emocional torna-se parte do aprendizado da feminilidade, orientando as mulheres a garantir a prosperidade familiar por meio da obediência e do autocontrole.

Rosas contribui para esse pensamento ao dizer que o propósito de vida dessas mulheres seria “estar debaixo da missão de seus maridos”, pois estar debaixo da missão de outro é a definição de submissão (2023, p.7). Esse discurso é sustentado inclusive nos momentos de sofrimento conjugal: se o marido é agressivo, ausente ou infiel, a culpa ainda recai sobre a mulher, seja por não terorado o suficiente ou por não ter sido suficientemente paciente (ROSAS, 2023). A responsabilidade pela felicidade conjugal é feminina, reforçando um sistema de opressão que se apresenta como cuidado, amor e missão espiritual. Pregadoras evangélicas desempenham um papel central nesse processo, atribuindo às mulheres uma grande responsabilidade pelas frustrações conjugais e reafirmando a lógica da submissão como virtude cristã.

Conforme Teixeira (2017), programas como “The Love School”, apresentados pelo casal evangélico Cristiane e Renato Cardoso, exemplificam como a conjugalidade passa a ser gerida sob a lógica empresarial: o casamento é tratado como um projeto com metas e resultados, e a harmonia do lar se transforma em missão administrativa da mulher. A partir da noção de “conjugalidade”, elaborada por Foucault (2007, apud TEIXEIRA, 2017), observa-se como o casamento é naturalizado como uma necessidade humana essencial, deixando de ser compreendido como um contrato social e passando a integrar a constituição moral do sujeito cristão. Nessa estrutura, os papéis de gênero são ajustados sem romper com a hierarquia tradicional: a autoridade masculina é preservada, enquanto a mulher exerce uma liderança restrita ao universo doméstico e feminino. Ao final, corpo, sexualidade e casamento se articulam na construção de uma feminilidade disciplinada, cujas expressões de liberdade são moldadas por valores de obediência, recato e funcionalidade moral.

## **O DESVIO DA “NATUREZA FEMININA”: CRÍTICA AO FEMINISMO**

Perante a tudo o que foi descrito na construção desse imaginário, o feminismo é descrito como inimigo da família, da fé e da ordem divina. Não apenas seus valores são atacados, como também suas conquistas políticas são ridicularizadas ou desqualificadas. Teixeira (2017) evidencia como o discurso religioso constrói e estabelece um contraste entre “feminismo” e “feminilidade”: enquanto o primeiro é representado como uma ideologia do egoísmo e da rebeldia, o segundo é celebrado como um padrão divino de mulher exemplar, uma mulher virtuosa.

Para Rosas (2023), a crítica ao feminismo promovida nesses discursos é profunda e atua como uma verdadeira pedagogia de gênero, que ensina as mulheres a rejeitar a análise social. Em vez de questionarem o patriarcado, elas são levadas a acreditar que a solução para seu sofrimento está na obediência a Deus e na submissão ao marido. Esse ensino promove um tipo de autossacrifício em que a mulher deixa de reivindicar por si e passa a individualizar causas coletivas como problemas individuais.

Nesse ponto, há uma crítica pós-feminista internalizada: o discurso religioso captura noções como “empoderamento” e “escolha” apenas para reencaixá-las dentro da moralidade tradicional. Como aponta McRobbie (2015, apud, ROSAS, 2023), o pós-feminismo não finda o feminismo, mas esvazia seus impactos políticos que, ao incorporar seletivamente suas pautas dentro de estruturas conservadoras, reafirmam papéis tradicionais de gênero, naturalizam a desigualdade e esvaziam o potencial crítico e transformador das lutas feministas. As mulheres religiosas analisadas por Rosas (2023) não rejeitam a ideia de liberdade, mas reconfiguram essa liberdade como possibilidade de escolher servir, cuidar e obedecer, assim reforçando uma dominação revestida de consentimento.

Essa crítica ao feminismo, contudo, não se expressa apenas em termos teóricos ou religiosos, mas também se manifesta por meio de discursos de ódio que ganham corpo especialmente nas redes sociais. Conforme Beleli (2022), o feminismo e suas representantes passam a ser alvos de desqualificações morais e pessoais, com a associação de suas ideias a imagens negativas e odiosas que operam dentro do que Udupa (2020, apud BELELI, 2022) chama de “economia afetiva do ódio”. A Internet não funciona apenas como ferramenta, mas como espaço habitado, onde a produção de conteúdos é horizontalizada e atravessada por emoções. Nesse ambiente, a desinformação e a desordem discursiva alimentam uma falsa oposição entre liberdade de expressão e discurso de ódio (VENCATO, 2017, apud BELELI, 2022), legitimando agressões simbólicas travestidas de “opinião pessoal”.

Essa “opinião pessoal” ganha força especialmente quando acompanhada de humor, ironia e estereótipos – como o da “feminazi”, da “porca” ou da “puta” – frequentemente mobilizados para desqualificar

mulheres feministas (UDUPA, 2020, apud BELELI, 2022). O uso da linguagem cômica facilita a disseminação de discursos de ódio como o antifeminista pela fácil adesão naqueles que a recebem, e, ao mesmo tempo, constrói figuras idealizadas como o “cidadão de bem” e a “mulher correta”, cujas condutas se alinham aos ideais tradicionais de moralidade e submissão. Nesse processo, as redes sociais tornam-se espaços de validação emocional, onde curtidas e compartilhamentos reforçam o sentimento de pertencimento e bem-estar por meio da identificação com tais discursos (LASÉN, 2014, apud BELELI, 2022).

A articulação desses discursos se intensifica no Brasil a partir do período pré-eleitoral que antecede a candidatura de Jair Bolsonaro, momento em que movimentos antifeministas começam a se organizar mais sistematicamente na internet. Um exemplo disso é o site *Mulheres contra o feminismo. Orgulhosas e felizes de sermos mulheres*, criado em 2012, que passou a se destacar como espaço de combate ao feminismo, apresentado como uma doutrina de promiscuidade e infelicidade, por desvalorizar a maternidade, o casamento e a família (BELELI, 2022).

Assim, os ataques ao feminismo não apenas refletem divergências ideológicas, mas operam como instrumentos de regulação moral, emocional e simbólica, que naturalizam a rejeição das lutas feministas, resgatam ideais de submissão e operam uma reconstrução conservadora da subjetividade feminina.

## A DIREITA NEOCONSERVADORA E O ANTIFEMINISMO

Desde os anos 2000, uma nova onda da direita tem se consolidado globalmente, caracterizando-se pela naturalização e inserção da extrema-direita nos sistemas políticos. Camila Galetti (2024) aponta como, embora não seja um movimento homogêneo, há um consenso de que a extrema-direita atua prioritariamente em três frentes: eleições, manifestações e incitação à violência. Mesmo em países distintos é possível identificar pontos de convergência, como a defesa de ideais neoconservadoras, a ruptura com os movimentos sociais, o protagonismo de líderes religiosos contrários aos direitos humanos, a instrumentalização de mulheres para reforçar papéis de gênero patriarcais e o sequestro de pautas ligadas à igualdade de gênero e à diversidade sexual, além da união entre Estado e nação, centralizada na figura de um líder carismático (MUDDE, 2022, apud GALETTI, 2024).

Diante disso, as novas direitas conseguem mobilizar as pessoas através da violência – característica intrínseca de patriarcado, colonialismo e capitalismo – e pânico moral – uma violência simbólica que apela aos afetos e se propaga por via das mídias (GALETTI, 2024). Saffioti (2015, apud, GALETTI, 2024) destaca que a violência é o cerne do patriarcado, pois as relações desiguais entre homens e mulheres geram punição e dominação constantes sobre corpos femininos. Já Segato (2014, apud GALETTI, 2024) complementa ao apontar que os pactos de masculinidade reforçam esses privilégios e, diante dos avanços feministas, muitas masculinidades reagem com violência na tentativa de preservar seus privilégios. Por exemplo, na contemporaneidade, é comum ver nas redes sociais discursos machistas e misóginos reciclados, como o movimento “redpill”<sup>5</sup> e “incell”<sup>6</sup>.

Devido à insatisfação com a lentidão democrática já citada, no Brasil, isso impulsionou o enfraquecimento da esquerda e o avanço de uma direita neoconservadora radical. Nesse contexto, mulheres alinhadas à extrema-direita surgem rejeitando o feminismo e defendendo papéis tradicionais de gênero, apresentando-se como guardiãs da moral e dos bons costumes. Ao alcançarem sucesso eleitoral, elas debatem como o feminismo já teria ido longe demais, se intitulando antifeministas. Mas esse discurso está completamente atrelado à lógica neoliberal, a qual não se interessa em romper com os padrões estabelecidos pelo patriarcado, mas sim adequar as mulheres às engrenagens do capitalismo (GALETTI, 2024).

Nesse cenário, observa-se as novas direitas elaborando uma remontagem do feminismo, usando as mulheres como ferramentas para consolidar papéis tradicionais de gênero ao impulsionar seu poder político

---

<sup>5</sup> O termo tem origem no filme “Matrix”, no qual Neo (personagem de Keanu Reeves) toma uma pílula vermelha (red pill em inglês) para adquirir consciência de um mundo simulado à sua volta. Isso foi usado como metáfora. De acordo com a cientista política Bruna Camilo: “é quando aquele homem acordar para a realidade e ele começa a ver o que acontece ao seu redor. E para eles uma das realidades é que as mulheres são as grandes vilãs da sociedade, atrás de direitos privilegiadas, interesseiras, aproveitadoras.” Além de pregarem ser necessário se aproveitar das mulheres e torná-las submissas a fim de restaurar a virilidade perdida (G1, 2023). Link da matéria: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/03/redpill-incel-mgtow-entenda-o-que-acontece-em-grupos-masculinos-que-pregam-odio-as-mulheres.ghtml>

<sup>6</sup> Incel é um termo originado da expressão involuntary celibate (celibatário involuntário), utilizado para designar homens, em sua maioria, brancos e heterossexuais que atribuem sua frustração afetiva e sexual à rejeição feminina. Entre as ideias compartilhadas por esses grupos estão a valorização excessiva da aparência física como critério de status social, a noção de que mulheres escolhem parceiros com base em vantagens materiais ou status (hipergamia) e repúdio ao feminismo (CNN BRASIL, 2025). Link da matéria: <https://www.cnnbrasil.com.br/lifestyle/o-que-e-incel-termo-citado-na-serie-adolescencia/>

através da valorização da maternidade e da moral cristã. Essa atuação mantém as mulheres em posições secundárias, mesmo quando inseridas no âmbito político, lugar frequentemente subordinadas a lideranças masculinas (MUDDE, 2022, p. 91, apud GALETTI, 2024). Ao aderirem e propagarem discursos conservadores e misóginos, essas mulheres conquistam visibilidade enquanto reafirmam a lógica neoliberal, que as integra ao sistema sem desafiá-lo. O antifeminismo que promovem torna-se, assim, uma estratégia central na consolidação de um projeto político que, em vez de ampliar direitos, reforça hierarquias de gênero sob a justificativa de uma suposta ordem natural e moral.

### **A EMANCIPAÇÃO PROMETIDA E A SUBMISSÃO EXIGIDA: A MULHER NO NEOLIBERALISMO**

Galetti (2024, p.163), a partir de Silvia Federici (2019), trouxe à luz o fato de que “a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para a sua fixação no trabalho reprodutivo e para a sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica”. A divisão sexual do trabalho fornecida pelo capitalismo inaugurou novos modos de feminilidade. Com o avanço do neoliberalismo as mulheres foram levadas a se inserirem mais no mundo competitivo e individualista, diferente do que ocorria no liberalismo clássico (GALETTI, 2024, p.164).

Contudo, a entrada feminina no mercado de trabalho não se traduziu em igualdade de condições. Isso porque, ainda que discursos de empoderamento e autonomia sejam apropriados por essa racionalidade neoliberal, persistem barreiras estruturais. No Brasil, mulheres ainda recebem, em média, 20% menos que os homens para exercerem as mesmas funções (AGÊNCIA BRASIL, 2025) e, no campo político, a baixa presença de mulheres ainda é expressiva. Embora mulheres representem mais da metade da população, ocupam apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados, sendo que muitas relatam insegurança e falta de apoio para exercerem seus mandatos (IBGC, 2021).

Essa racionalidade neoliberal também estimula um tipo de consumo voltado à valorização do capital humano, sendo o corpo feminino convertido em objeto de investimento e performance. Nesse contexto, Galetti (2024, p. 166) mobiliza o conceito de “capital erótico” formulado por Catherine Hakim (2012), que compreende a aparência física, o charme e a sexualidade como recursos utilizados para acessar determinadas posições sociais e profissionais, especialmente em espaços tradicionalmente masculinos.

O fato é: o corpo feminino é entendido como um campo de batalha. A disputa intensa por ele, que se torna território de disputa pelo Estado, Igreja e patriarcado, se evidencia cotidianamente, seja na justificativa de violência contra mulher, seja nas lutas incessantes das direitas em restringirem as discussões acerca dos direitos reprodutivos, seja na pressão estética realizada pelo capitalismo em cima desses corpos, ao impor modelos inalcançáveis para as mulheres. (GALETTI, 2024, p.168)

O controle dos corpos femininos ainda é usado para reforçar padrões sociais. No contexto atual, esse controle se reconfigura: mulheres que adentram a esfera política ou a vida pública muitas vezes se sentem compelidas a reafirmar características tradicionalmente associadas à feminilidade, como a maternidade ou a domesticidade, para se distanciar do estigma do feminismo. A feminilidade, aqui, serve como forma de validação, um critério que estabelece quais mulheres serão aceitas pela sociedade e quais serão marginalizadas.

### **A MATERNIDADE COMO MISSÃO POLÍTICA**

Ora o corpo feminino servia ao trabalho produtivo nas indústrias em péssimas condições, ora era reduzido à esfera privada, ao cuidado e ao trabalho reprodutivo. Como esse ideal alcançou o lugar de destaque para a adesão política? Com essas duas finalidades cruzadas e o resultado sendo a dupla ou tripla jornada de trabalho, o neoliberalismo reproduzido por mulheres antifeministas passou a maquiagem essa exploração por meio da construção da “mulher guerreira”.

Galetti (2024) observa que, desde os anos 1970, com a consolidação do neoliberalismo, emergiram evidentes disputas sobre os papéis femininos. Na pesquisa analisada, as eleições de 2018 tiveram esse embate como tema central, quando discursos eleitorais passaram a exaltar a figura da mulher forte, capaz de conciliar com excelência responsabilidades familiares e profissionais. A autora destaca que essa imagem da “mulher guerreira” é um elogio e uma ofensa ao mesmo tempo: embora pareça afirmar a força e a versatilidade das mulheres, ela também serve para invisibilizar as opressões e sobrecargas que enfrentam cotidianamente

(GALETTI, 2024, p.173). A noção de que as mulheres têm uma habilidade inata para conciliar múltiplas tarefas reforça expectativas irreais e contribui para a normalização da exaustão feminina.

Essa retórica não apenas perpetua a desigualdade, mas reforça uma postura de renúncia e sofrimento por parte da mulher. A maternidade, nesse contexto, vira ativo político em que ser mãe torna-se justificativa para o exercício de cargos públicos, como se o cuidado prestado no lar fosse um treinamento legítimo para a vida parlamentar (GALETTI, 2024, p.165; p.180). Muitas candidatas, inclusive, enfatizam essa dimensão em seus discursos para se distanciarem da militância feminista e reafirmarem vínculos com papéis tradicionalmente associados ao feminino: Chris Tonietto, Dayane Pimentel, entre outras. Galetti (2024, p.181) aponta esse fenômeno como uma tentativa de transmitir segurança e familiaridade ao eleitorado, por meio da associação entre o espaço privado – o qual é de costume verem essas mulheres – e o público – agora um lugar novo.

No entanto, esse ideal está longe de ser universal. Galetti (2024, p.174) aponta que o discurso da “mulher guerreira” é ambíguo: historicamente, o patriarcado marginalizou as mulheres do espaço público por considerá-las frágeis e emocionais. Agora, essa mesma estrutura exige delas força e resistência para suportar jornadas exaustivas, sem romper com a lógica da exploração. Tarefas que incluem cuidados domésticos e familiares, revelam uma sobrecarga estrutural enfrentada por mulheres, sobretudo negras e pobres, como apontado por Galetti (2024, p.174), ao discutir as análises de Falcão e Vazquez. O tempo que poderia ser investido em capacitação ou autonomia financeira é consumido por atividades atribuídas ao feminino.

Esse acúmulo de funções não é neutro: ele adocece. Como apontado por Galetti (2024, p.174), com base em Antunes e Praun, o sofrimento é causado por um trabalho que exige uma produtividade constante e sustentado por dispositivos de controle e coerção cada vez mais intensos. Essa lógica de esgotamento se ancora na responsabilização individual – típica do discurso neoliberal –, ignorando fatores estruturais e relegando às mulheres a culpa por seu próprio sofrimento.

O sentimento de não pertencimento também atravessa essa discussão. Segundo Milton Santos (2006), o território é onde a vida se constrói nas trocas simbólicas e materiais. Se o espaço público não se constitui como um território de pertencimento para as mulheres, a exclusão é não apenas política, mas também subjetiva. Galetti (2024) através de Dunker (2015) nomeia esse mal-estar como uma experiência marcada pelo desamparo, pela busca de reconhecimento e por uma angústia que revela a ausência de espaço legítimo para o feminino na ordem social. Esse sentimento foi escancarado, por exemplo, na violência política de gênero contra Dilma Rousseff, cujo corpo foi atacado por meio de símbolos misóginos como o adesivo em carros posicionado na área da bomba de gasolina para sugerir o ato de penetrar.

As distinções de gênero moldam profundamente as expectativas sociais e justificam a exclusão das mulheres dos espaços de poder. Quando elas ousam atravessar esses limites impostos, são muitas vezes punidas com hostilidade, desprezo ou violência (GALETTI, 2024, p.176). Em contrapartida, o sistema neoliberal, ao apropriar-se seletivamente de pautas feministas, passa a promover uma participação feminina apenas quando ela se alinha a ideais meritocráticos e conservadores, que desconsideram marcadores estruturais como raça, classe e orientação sexual.

Como observa Galetti (2024, p.180), políticas de diferentes espectros ideológicos acabam reproduzindo esse padrão ao justificarem suas competências com base em sua maternidade. Com isso, reforçam as estruturas que naturalizam hierarquias de gênero e o papel da mulher como cuidadora. A exigência de que sejam, ao mesmo tempo, femininas e competentes, guerreiras e maternas, revela uma lógica perversa em que a política feminina é legitimada apenas quando associada a traços considerados tradicionalmente femininos, como submissão, cuidado, docilidade, zelo, abnegação etc.

Essa associação entre maternidade e legitimidade política perpetua a ideia de que as mulheres só podem ocupar espaços de poder se não abandonarem seus papéis tradicionais. Como alerta Galetti (2024, p.181), revela um esforço em manter intactas as hierarquias de gênero tradicionais, mesmo diante de mudanças na política com a presença feminina, na qual a mulher pode até sair do lar, desde que carregue com ela os valores da família e do cuidado. Esse movimento fortalece o modelo familiar heteronormativo e contribui para a servidão feminina, independentemente de sua posição na sociedade. Por isso, é comum que mulheres da

classe trabalhadora consomem a idealização do estilo de vida tradwife<sup>7</sup> ou esposa troféu<sup>8</sup> como resposta a um cenário de exaustão, insegurança e ausência de amparo social.

## **CORPO, SEXUALIDADE E FAMÍLIA NA RELIGIÃO**

Tendo abordado a maternidade, não poderia ser deixado de fora a instância da família que envolve corpo e, principalmente, sexualidade. Conforme argumenta Maria das Dores Campos Machado (1994) essas dimensões são alvo de intensas regulações por parte das teologias da salvação, que historicamente desvalorizam o corpo e buscam disciplinar a sensualidade. O corpo, entendido como sede dos instintos e das tentações, deve ser submetido ao controle da razão e da alma, em um movimento que associa o prazer, especialmente o prazer sexual, à culpa e ao pecado.

Essa concepção dualista entre corpo e espírito perpassa séculos de tradição cristã e se manifesta tanto nas práticas quanto nos discursos contemporâneos de grupos religiosos conservadores. A partir do cristianismo primitivo e dos escritos dos Padres da Igreja, como Santo Agostinho, São Jerônimo e São Tomás de Aquino, a sexualidade foi rigidamente vinculada à reprodução, e o desejo foi moralmente condenado, mesmo dentro do casamento. A mulher, vista como mais próxima da natureza e do instinto, foi historicamente reduzida à sua função reprodutiva e subordinada ao homem, considerado superior por sua suposta racionalidade e espiritualidade – até porque o homem, Adão, foi feito à imagem e semelhança de Deus, já a mulher, Eva, a pecadora, não.

O pentecostalismo e o movimento carismático católico reforçaram a hierarquia de gênero. Embora esses movimentos tenham promovido maior engajamento feminino nas práticas religiosas, sobretudo entre os setores populares, persistem normas que associam o homem à liderança espiritual e a mulher à submissão e à obediência, seja no lar ou na igreja. Essa estrutura reforça a autoridade masculina como expressão da vontade divina, legitimando um padrão de família patriarcal, heterossexual e monogâmica como núcleo moral da sociedade, assim como afirma Machado (1994).

Essa seria a “família tradicional” que opera como trincheira contra as transformações culturais associadas à modernidade, como os movimentos feministas, LGBTQIA+, entre outras. Tanto católicos quanto evangélicos conservadores recorrem a esse modelo como reação a mudanças nos costumes sexuais, aos avanços feministas, à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, e à valorização de novos arranjos familiares. A família torna-se símbolo de ordem e estabilidade, enquanto tudo que a desafia é tido como desvio moral.

A regulação da sexualidade, sobretudo a feminina, é uma das chaves para a manutenção dessa ordem. Nos relatos de mulheres pentecostais e carismáticas analisados por Machado (1994), a educação sexual aparece como uma experiência marcada por silêncio, culpa e repressão. A ausência de diálogo familiar sobre temas como menstruação, prazer e métodos contraceptivos revela um padrão de controle que silencia os desejos femininos enquanto naturaliza a liberdade sexual masculina. Ainda que a sexualidade conjugal seja valorizada no discurso das lideranças religiosas, a prática cotidiana é permeada por desigualdades: homens são isentados de responsabilidade por problemas sexuais no casamento, e mulheres são orientadas a se moldarem aos desejos dos maridos.

Por outro lado, é interessante notar que as experiências religiosas também oferecem mecanismos de reinterpretação das vivências individuais. Como observa Gil (apud Machado, 1994), o pentecostalismo pode ser um espaço para reelaborar passados dolorosos, como relações extraconjugais, abusos ou abortos, por meio da construção de uma nova identidade religiosa. Ainda assim, essa reinterpretação frequentemente reforça o conformismo às normas morais dominantes.

---

<sup>7</sup> Traduzido do inglês como “esposa tradicional”, se trata de um movimento que defende e exalta o estilo de vida de donas de casa. Em alta nas redes sociais, influenciadoras que dizem terem largado o trabalho formal assalariado compartilham suas vidas privadas, compartilhando as tarefas domésticas como cozinhar, limpar e cuidar do filho. Link da matéria: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2024/05/29/tradwife-quem-sao-as-mulheres-que-fazem-sucesso-mostrando-rotina-de-dedicacao-exclusiva-ao-lar.ghtml>

<sup>8</sup> Similar à tradwife, trata-se de mulheres que também largaram seus trabalhos formais a fim de serem bancadas por seus maridos. A problemática, apontada por alguns especialistas, seria a dependência financeira, insegurança jurídica no casamento e a romantização de ideias machistas. A diferença das influenciadoras que conseguem ganhar relevância com a propagação desse conteúdo é a monetização, êxito que nem todas conseguem. Destaca-se por isso o caso de Gabriella Jacinto:

<https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/2025/03/22/caso-gabi-jacinto-o-que-a-situacao-da-esposa-trofeu-pode-ensinar-sobre-uniao-estavel.ghtml>

No que diz respeito ao planejamento familiar, a atuação das igrejas cristãs revela uma profunda ambivalência. Enquanto a Igreja Católica mantém oficialmente a condenação dos métodos contraceptivos artificiais – tendo os seguidores mais fervorosos utilizando de tabela e raramente camisinha –, seu baixo clero, especialmente nos setores populares, adota uma postura mais flexível, diante das condições materiais desfavorecidas que enfrentam suas fiéis. Muitas mulheres justificam o uso da pílula ou até mesmo a esterilização como respostas às dificuldades socioeconômicas, mesmo reconhecendo o distanciamento das normas religiosas. O caso da entrevistada T.S., que declarou ter feito três abortos e criticou a posição da Igreja como ultrapassada, é emblemático da tensão entre a doutrina oficial e a realidade vivida (Machado, 1994).

A contraofensiva moral cristã, portanto, não é homogênea: ela se apoia em um ideário conservador, mas encontra limites na realidade concreta das fiéis. As tensões entre doutrina e prática revelam disputas simbólicas e resistências silenciosas, especialmente no campo da sexualidade, onde o corpo feminino, historicamente silenciado, emerge como campo de disputa ética, política e espiritual.

Os dados da pesquisa analisada mostram que os protestantes, especialmente os vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus, recebem melhor o tema métodos contraceptivos, e até mesmo o aborto como forma de planejamento familiar. O bispo Edir Macedo, por exemplo, defende a limitação do número de filhos em razão da superpopulação. Essa posição revela uma certa adaptação das lideranças evangélicas ao contexto contemporâneo, ainda que o discurso moralista sobre sexualidade e gênero permaneça forte. A autora também destaca o maior envolvimento dos homens protestantes nas decisões sobre planejamento reprodutivo, em contraste com a responsabilização exclusiva das mulheres em contextos católicos.

Relatos de mulheres na pesquisa de Machado (1994) admitem terem realizado aborto muitas vezes antes da conversão, revelando um sentimento de culpa, seguido de confissão e busca de perdão dentro da religião. Algumas dessas experiências contradizem os discursos antifeministas que associam o aborto a uma degradação moral. Em contextos de miséria, o aborto aparece como uma estratégia de sobrevivência, não como uma escolha leviana.

Nas redes de sociabilidade religiosas, práticas como encontros de casais, vigílias sentimentais e gabinetes pastorais funcionam como espaços de reforço das normas de gênero e sexualidade. A influência dos líderes religiosos é essencial, pois são eles que transmitem os ensinamentos morais cristãos, convertendo os princípios religiosos em conselhos práticos para o dia-a-dia dos membros da igreja. Essa transferência de problemas e responsabilidades sexuais e familiares ao campo religioso faz tanto as diferenças entre homens e mulheres serem consideradas naturais, quanto simplificam a complexidade desses problemas a uma instância religiosa. Machado (1994) mostra que essa perspectiva espiritualizada dos conflitos, embora ofereça algum alívio às mulheres através dessa fé que é capaz de resolver tudo, ganha grande domínio e forte influência na vida dos fiéis, deixando-os dependentes. Comportamentos considerados desviantes, como infidelidade, homossexualidade ou masturbação, são explicados como resultado da ausência de fé ou da influência demoníaca, também retirando a responsabilidade individual e normatizando aspectos problemáticos e complexos.

A contraofensiva moral cristã, portanto, não é homogênea: ela se apoia em um ideário conservador, mas encontra limites na realidade concreta das fiéis. As tensões entre doutrina e prática revelam disputas simbólicas e resistências silenciosas, especialmente no campo da sexualidade, onde o corpo feminino, historicamente silenciado, emerge como campo de disputa ética, política e espiritual.

Assim, corpo, sexualidade e família não são apenas temas periféricos nas religiões cristãs brasileiras, mas constituem o núcleo da política moral e da ação pastoral. A partir deles, igrejas moldam subjetividades, regulam condutas e estabelecem fronteiras entre o que é considerado moralmente aceitável e aquilo que deve ser combatido. Tais fronteiras, porém, não são estáticas: são tensionadas pelas vivências dos fiéis, pelas contradições entre doutrina e prática, e pelas transformações sociais mais amplas. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar como a fé, a autoridade religiosa e os laços comunitários operam como mecanismos de controle, mas também de reconfiguração, da vida familiar e sexual na contemporaneidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como mulheres se fazem presentes nos discursos antifeministas em contextos cristãos, analisando a construção de uma feminilidade moralista e neoliberal, estruturada em torno do corpo, da sexualidade, do matrimônio, da maternidade e da defesa da família. A análise

demonstrou que, ainda que essas mulheres ocupem espaços de visibilidade e liderança, sua atuação reforça estruturas patriarcais ao legitimar valores tradicionais sob o manto da fé e da autonomia individual.

Como demonstrado por Rosas (2023) e Teixeira (2017), o “ser mulher” cristão é construído por meio de práticas que romantizam a obediência, sacralizam a domesticidade e erotizam o sacrifício. Mesmo quando ganham poder de fala, essas mulheres permanecem operando dentro de uma lógica que reafirma a autoridade masculina, num processo que funciona menos pela imposição direta e mais pela internalização das normas. Trata-se de uma dominação consentida, espiritualizada e frequentemente celebrada como virtude.

A crítica ao feminismo, por sua vez, atua como fronteira simbólica que separa as “mulheres de Deus” daquelas que ameaçariam a ordem espiritual e social. Nessa lógica, o antifeminismo não se resume à rejeição das lutas por igualdade de gênero, mas propõe um modelo alternativo de mulher: submissa, disciplinada e produtiva, tanto para Deus quanto para o mercado. O corpo feminino torna-se um território central de disputa espiritual, moral e econômica, disciplinado simultaneamente pela religiosidade e pelas exigências do neoliberalismo. Conforme analisa Galetti (2024), essa convergência entre moral tradicional e racionalidade de mercado transforma a subjetividade feminina em um projeto a ser constantemente gerido, aperfeiçoado e rentabilizado.

A hipótese de que os discursos antifeministas reproduzidos por mulheres conservadoras cristãs operam a partir de uma lógica que naturaliza papéis de gênero e moraliza o sofrimento feminino foi confirmada. Ao assumirem posições de autoridade simbólica, essas mulheres contribuem para a reprodução das desigualdades, não como vítimas passivas, mas como agentes ativas da contraofensiva moral, como demonstrado também por Beleli (2022). A maternidade, nesse cenário, torna-se não apenas uma missão espiritual, mas uma missão política que legitima a presença feminina no espaço público, desde que alinhada à lógica da abnegação e do cuidado, como discutido por Galetti (2024).

Diante disso, pensar o antifeminismo não como simples oposição ideológica, mas como fenômeno político-afetivo, torna-se indispensável. Afinal, o que faz com que tantas mulheres escolham discursos que as silenciam, normas que as oprimem e projetos políticos que lhes prometem empoderamento apenas sob a condição da submissão? Essa pergunta, longe de encerrar a pesquisa, aponta para novos caminhos de investigação. Estudar figuras públicas específicas, como influenciadoras digitais, pregadoras ou parlamentares, pode ampliar a compreensão sobre os usos estratégicos da feminilidade no jogo político contemporâneo. A urgência de compreender essas lógicas não está apenas na crítica ao conservadorismo, mas na necessidade de reconhecer como ele se adapta, seduz e mobiliza identificações femininas.

## REFERÊNCIAS

BELELI, Iara Aparecida. **Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio**. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n. 38, 2022.

BESEN, Beatriz. **Juventude e conservadorismo: qual a contradição?** Nexo Jornal, Ponto de Vista, 09 abr. 2024. Disponível em:

<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/04/09/juventude-e-conservadorismo-qual-a-contradicao>.

Acesso em: 04 ago. 2025.

CÉSAR, Caio. **Deputados pedem investigação sobre ‘cura gay’ em igreja evangélica após morte de Karol Eller**. CartaCapital, 17 out. 2023. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-pedem-investigacao-sobre-cura-gay-em-igreja-evangelica-apos-morte-de-karol-eller/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CNN Brasil. **O que é incel, termo citado na série “Adolescência”?** CNN Brasil, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/lifestyle/o-que-e-incelel-termo-citado-na-serie-adolescencia/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GALETTI, Camila Cristina Hoffmann. **Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

G1. **Redpill, Incel, MGTOW: entenda o que acontece em grupos masculinos que pregam ódio às mulheres.** G1, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/03/redpill-incelel-mgtow-entenda-o-que-acontece-em-grupos-masculinos-que-pregam-odio-as-mulheres.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LIRA, Roberto de. **Pesquisa global mostra que conservadorismo cresce mais entre homens jovens.** InfoMoney, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mundo/pesquisa-global-mostra-que-conservadorismo-cresce-mais-entre-homens-jovens/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **SOS mulher – a identidade feminina na mídia pentecostal.** Ciências Sociais y Religião/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 167-188, 1999.

MARTINEZ, Monise. **Fazer o mesmo, sem ser o mesmo: feminilidades, neoliberalismo e antifeminismo no contexto Godllywood Brasil.** Ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Porto, n. 42, p. 103–118, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; FONTENELLE, Alana. **Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto.** *Plural*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183–209, out. 2024.

NERY, Natuza. **Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas.** Bom Dia Brasil, G1, 12 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2025.

O GLOBO. **André Valadão sobre vídeo em que orienta fiéis a não enviarem filhos à faculdade: “vale mais Deus do que a universidade”.** O Globo, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/06/20/andre-valadao-sobre-video-em-que-orienta-fieis-a-nao-enviare-m-filhos-a-faculdade-vale-mais-deus-do-que-a-universidade.ghtml>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ROMANO, Giovanna. Datafolha: **Mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos.** *Veja*, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ROSAS, Nina. **Mulheres evangélicas em busca da perfeição.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2023.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **“Corpo e sexualidade: os direitos reprodutivos na Igreja Universal do Reino De Deus”.** Mandrágora, São Paulo, v. 18, n. 18, p. 53-80, 2012.